

**HABEAS CORPUS Nº 549.702 - GO (2019/0362385-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : PEDRO HENRIQUE FLEURY NASCIMENTO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO RAMOS CAIADO NETO - GO003948  
JOSÉ EUSTÁQUIO ROSA CARDOSO - GO005661  
PEDRO HENRIQUE FLEURY NASCIMENTO -  
GO036217  
JHULIANNE CRISTIAN DA SILVA FEITOSA -  
GO052682  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : VALDIVINO AUGUSTO PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

**DECISÃO**

**VALDIVINO AUGUSTO PEREIRA** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 5612496-37.2019.8.09.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

Preventivamente segregado desde 28/8/2019, "diante da suposta participação dele no homicídio da vítima Antônio Vanderlei de Farias, ocorrido em 13/06/2019 e de se evadir do distrito da culpa" (fl. 58), **requer a revogação da medida cautelar máxima**, porquanto "ao contrário do que se fez constar do relatório da lavra do ilustre delegado de polícia, nunca houve a intenção por parte do paciente de se furtar à ação da Justiça. Tanto é assim que ele compareceu à delegacia de polícia espontaneamente e prestou o seu depoimento" (fl. 14).

**Não concedida a medida liminar** e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pelo não conhecimento do habeas corpus.

**Decido.**

No que tange à prisão preventiva, ressaltou o Juízo de primeiro grau que:

[...]

Todavia, há nos autos fortes indícios que demonstram a presença dos requisitos legais para o decreto da prisão

preventiva, especialmente, **a intenção do acusado de se furtar do distrito da culpa, pois tal comportamento se deu desde a prática criminosa noticiada nos autos.**

Quanto a materialidade e autoria, a narrativa dos fatos demonstram que o acusado devia certa quantia em dinheiro à vítima e a convidou para olhar algumas fazendas que seriam objeto de negócio no dia seguinte. Apesar das versões diferentes apresentadas pelo acusado, o relatório da autoridade policial demonstra, mediante em filmagens, que a vítima estava consigo no veículo, na data dos fatos.

Constata-se ainda que **o acusado se omitiu de prestar esclarecimentos à autoridade policial, tendo permanecido em local não sabido, inclusive, dos familiares.** Situação que dificultou o andamento das investigações, levando a autoridade policial a engendrar mais esforços para que se chegasse a um deslinde sobre os fatos.

Em razão de ter se furtado do distrito da culpa, houve o requerimento e deferimento, respectivamente, da prisão temporária do investigado, ora acusado, medida que se cumpriu com muita dificuldade, diante do sumiço deste.

Consta dos autos que a vítima foi encontrada, na data de 20/06/2019, oito dias após o desaparecimento, em um penhasco às margens de uma estrada vicinal que leva até a propriedade do acusado, o que reforça a materialidade e autoria.

A conclusão da perícia ressalta, ainda, que pelas características do local e situação do corpo da vítima, esta teria sido executada no local, reforçando os indícios de autoria.

Observa-se que **a investigação aponta outros investigados que teriam auxiliado na fuga do acusado, tendo um destes (fl. 184) afirmado que, durante o trajeto, o acusado lhe contou que havia tirado a vida da vítima numa situação de aparente legítima defesa e que se apresentaria à polícia (fls. 54, destaquei).**

Dessa forma, verifica-se a necessidade da manutenção da prisão preventiva para **assegurar a aplicação da lei penal**, porquanto o paciente teria se omitido de prestar esclarecimentos à autoridade policial, permanecendo em local desconhecido pelos próprios familiares, **conjuntura que teria sido corroborada por depoimento de outro investigado, o qual supostamente auxiliou a fuga do acusado.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

A esse respeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme ao asseverar que, "em relação à necessidade da prisão como garantia de aplicação da lei penal, diante da condição de foragido do paciente durante toda a primeira fase do processo, o entendimento das instâncias ordinárias encontra-se em harmonia com a posição desta Corte, no sentido de que ao acusado que comete delitos, o Estado deve propiciar meios para o processo alcançar um resultado útil. **Assim, determinadas condutas, como a não localização, ausência do distrito da culpa, a fuga (mesmo após o fato) podem demonstrar o intento do agente de frustrar o direito do Estado de punir, justificando, assim, a custódia**" (HC n. 547.164/GO, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 28/2/2020, destaquei).

No mesmo sentido:

[...]

3. No caso, ao negar o direito de apelar da sentença condenatória em liberdade, o Juízo singular expôs que o ora recorrente empreendeu fuga após interrogado pela autoridade policial, **permanecendo foragido até o momento, circunstância que justifica a necessidade de segregação cautelar para garantir a aplicação da lei penal e a instrução criminal.**

4. Condições subjetivas favoráveis do recorrente, por si sós, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória (precedentes).

5. Recurso ordinário desprovido (**RHC n. 120.127/MT**, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., DJe 27/2/2020, destaquei).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego** o habeas corpus.

Publique-se e intinem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**